



**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 9/2020, em que é recorrente **Arinze Martin Undebunam** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

# **TRIBUNAL CONSTITUCIONAL**

## **ACÓRDÃO N.º 33/2020**

### **I - Relatório**

1. **Arinze Martin Undebunam**, com os demais sinais de identificação nos autos, inconformado com o despacho de Sua Excelência a Senhora Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, proferido nos Autos de Reclamação n.º 4/2020, vem, nos termos do artigo 20.º, n.º 1, alíneas a) e b), e n.º 2 da Constituição, interpor recurso de amparo constitucional, alegando, em síntese, que:

1.1. Foi julgado e condenado na pena de 1 ano e 8 meses de prisão, pelo 4º Juízo Crime do Tribunal Judicial da Comarca da Praia;

1.2. Não se conformando com a decisão, dela interpôs recurso para o Tribunal da Relação de Sotavento;

1.3. (...) depois de um ano da data da interposição do recurso, e, face a falta de informação, no dia 20 de dezembro de 2019, requereu a informação sobre o recurso que havia interposto e solicitou que fosse notificado pessoalmente da decisão que dos autos constasse;

1.4. O pedido a que se refere o parágrafo antecedente foi deferido, tendo sido notificado do Acórdão n.º 110/2019, no dia 27 de dezembro de 2019, mediante a entrega de uma cópia dessa decisão;

1.5. Da certidão de notificação consta a assinatura do recorrente, mas este não registou no verso do mandado em que data foi efetivamente notificado;

1.6. Convencido de que tinha sido notificado em *27 de dezembro de 2019, no dia 06 de janeiro de 2020, interpôs recurso para o Supremo Tribunal de Justiça;*

1.7. Entretanto, por Despacho de 07 de janeiro de 2020, a Veneranda Juíza Desembargadora, Presidente do Tribunal da Relação de Sotavento, não admitiu o recurso, por entender que, tendo sido notificado a 23 de dezembro, quando, sem invocar qualquer situação de justo impedimento, de caso fortuito ou de força maior, a 06 de janeiro de 2010, apresentou o requerimento de interposição de recurso, fê-lo extemporaneamente, atento o disposto nas disposições conjugadas dos artigos 136.º e 452, n.º 1 do CPP;

1.8. Inconformado com esse Despacho, reclamou para a Senhora Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, que indeferiu o seu pedido, nos seguintes termos: *“No caso em apreço, como acima foi dito, está documentalmente provado que o reclamante foi notificado no dia 23 de Dezembro de 2019. De modo que a rejeição do recurso interposto em 06 de janeiro de 2020 não merece censura, à luz das disposições conjugadas dos arts. 452.º e 454.º, ambos do Código de Processo Penal.”*

1.9. O recorrente decidiu lançar mão deste recurso de amparo, porque entende que *a forma como foi executado o mandado de notificação é suscetível de violar flagrantemente o direito a defesa e o princípio do contraditório do recorrente, conforme o previsto nos artigos 5º do CPP, 22º e 35º, todos da CRCV;*

1.10. Pois, tratando-se de arguido preso, a notificação deveria ter sido feita de acordo com o estatuído n.º 5 do artigo 141.º do CPP: *"A notificação de quem estiver detida ou presa será requisitada ao director do respectivo estabelecimento, que a mandará executar por funcionário prisional através de contacto pessoal com o notificando;*

1.11. Como o Código de Processo Penal não prevê como se deve realizar a notificação pessoal, através do artigo 26.º do CPP, que regula a integração de lacunas em processo penal, chega-se ao disposto nas pertinentes disposições do Código de Processo Civil, designadamente, o artigo 235.º do CPC, segundo o qual *"Se a parte tiver de ser notificada pessoalmente aplicam-se as disposições relativas à citação pessoal"*, e a citação pessoal nos termos do artigo 221.º n.º 1 do CPC, obriga o funcionário que executa o mandado, *"Quando a citação é feita na pessoa do réu, o funcionário entrega-lhe o duplicado da petição e faz-lhe saber que fica citado para a acção a que o duplicado se refere,*

*indicando-lhe o dia até ao qual pode oferecer a sua defesa, a cominação que incorre se a não oferece. No duplicado lança uma nota em que declara o dia da citação, o prazo marcado para a defesa".*

1.12. O funcionário que notificou o recorrente não após a data em que notificou o recorrente, nem muito menos o prazo para apresentação da sua defesa, entenda-se, recurso;

1.13. Portanto, no caso dos autos, não foram respeitadas as formalidades legais da notificação, em consequência, o recorrente viu-se lesado nos seus direitos fundamentais;

1.14. Assim sendo, por uma questão de coerência e princípio, o Tribunal recorrido deveria ordenar/mandar repetir a notificação do recorrente;

1.15. Não o tendo feito, não obstante ter sido solicitado pelo recorrente, não há dúvida que o tribunal recorrido violou os direitos à presunção de inocência, artigo 35.º da CRCV, ao contraditório, artigos 35.º n.º 6 da CRCV, 5.º, 71.º n.º 1 al. h) do CPP e o direito a um processo justo e equitativo, artigo 22.º da CRCV;

1.16. Pois, o recorrente contou o prazo, a partir da data em que realmente tinha recebido o acórdão e assinado a notificação;

1.17. Termina o seu arrazoado formulando os seguintes pedidos:

*“TERMOS EM QUE, com o douto suprimento de V. Ex., deve o presente recurso:*

*A) - Ser admitido, por ser legalmente admissível, nos termos do art.º 20.º, n.º 1 e 2, da Constituição da República de Cabo Verde;*

*B) - Ser julgado procedente e, consequentemente, revogado a decisão proferido no âmbito dos autos de Reclamação n.º 04/2020, datado de 19/03/20, do Supremo Tribunal de Justiça, com as legais consequências;*

*C) restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados, (Presunção da Inocência e contraditório, direito de a um processo justo e equitativa);*

*D) ser oficiado ao Supremo Tribunal de Justiça, para juntar aos presentes autos a certidão de todo o processo de Reclamação nº 04/2020.”*

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12.º da Lei 109/IV/94, de 24 de outubro (Lei do Amparo), foram os autos com vista ao Ministério Público para emitir o parecer sobre a admissibilidade do recurso. Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral da República emitiu o parecer constante de fls. 19 a 21 dos presentes autos, tendo feito dought considerações e, em síntese, formulado as seguintes conclusões:

*“(…) o Supremo Tribunal de Justiça funciona e decide em Plenário e em secções, sendo estes constituídos por três juízes, conforme resulta do artigo 29º da Lei nº 88/VII/2011 de 14 de Fevereiro alterada pela Lei nº 59/IX/2019 de 29 de junho que define a organização, a competência e o funcionamento dos tribunais judiciais.*

*Apesar do recorrente imputar ao STJ a violação dos direitos que indicou, o despacho recorrido foi proferido e vincula apenas o Presidente do STJ.*

*Com efeito, tratando-se de uma reclamação contra despacho que não admitiu recurso interposto no Tribunal da Relação, é aplicável o disposto no artigo 455º do Código de Processo Penal, segundo a qual a reclamação é decidida pelo presidente do tribunal a que o recurso se dirige, e a decisão será definitiva quando confirmar o despacho de indeferimento (nº 4 do artigo 455º do CPP), não sendo assim aplicável o disposto no artigo 618º do código de processo civil, pelo que esgotadas ficam as vias de recurso ordinário.*

*Da análise dos elementos constantes dos autos, afigura-se que estão preenchidos os pressupostos previstos no nº 1 do artigo 3º, 4º e 5º nº 1 da Lei do amparo; ademais, não se vislumbra que o Tribunal Constitucional tenha rejeitado, por decisão transitada em julgado, um recurso com objecto substancialmente igual, pelo menos nos fundamentos fácticos.*

*Assim, porque também parece haver suficiente observância das disposições formais exigíveis nos artigos 7º e 8º da lei do amparo, afigura-se que estão preenchidos os demais pressupostos para admissão do presente recurso de amparo constitucional, ao abrigo dos artigos 3º e 16º da lei do amparo.*

*Do exposto, somos de parecer que o recurso de amparo constitucional interposto preenche os pressupostos de admissibilidade.”*

3. É, pois, chegado o momento de apreciar e decidir da admissibilidade do recurso nos termos do artigo 13.º da Lei do Amparo.

## **II – Fundamentação**

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Constituição da República de Cabo Verde, sob a epígrafe tutela dos direitos, liberdades e garantias:

*A todos os indivíduos é reconhecido o direito de requerer ao Tribunal Constitucional, através de recurso de amparo, a tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais, constitucionalmente reconhecidos, nos termos da lei e com observância do disposto nas alíneas seguintes:*

*a) O recurso de amparo pode ser interposto contra actos ou omissões dos poderes públicos lesivos dos direitos, liberdades e garantias fundamentais, depois de esgotadas todas as vias de recurso ordinário;*

*b) O recurso de amparo pode ser requerido em simples petição, tem carácter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariiedade.*

A garantia constitucional do recurso de amparo constitui uma das inovações que a Constituição cabo-verdiana de 1992 trouxe para a ordem jurídica nacional. Trata-se, por conseguinte, de um dos meios privilegiados de acesso dos particulares ao Tribunal Constitucional para a defesa dos direitos, liberdades, e garantias constitucionalmente reconhecidos como objeto de amparo.

Acompanha-se a análise de Manuel Carrasco Durán, citado por Catarina Santos Botelho na obra intitulada a Tutela Direta dos Direitos Fundamentais, Avanços e Recuos na Dinâmica Garantística das Justiças Constitucional, Administrativa e Internacional, Almedina, 2010, p. 217, quando diz que o recurso de amparo apresenta-se como um instrumento jurisdicional vocacionado para a proteção de determinados direitos fundamentais, cujo conhecimento se atribui ao Tribunal Constitucional, e que se caracteriza pelos princípios da subsidiariedade e excecionalidade.

O caráter subsidiário do recurso de amparo resulta da Constituição e da configuração da Lei do Amparo, ao estabelecerem o esgotamento prévio das vias de recurso ordinário como um dos pressupostos do recurso de amparo.

O recurso de amparo está destinado unicamente à proteção de direitos fundamentais, pelo que está vedado ao Tribunal Constitucional conhecer de questões de legalidade ordinária conexas, como se depreende do teor literal do n.º 3 do art.º 2.º da Lei do Amparo.

Pois, no recurso de amparo não pode ser feito valer outra pretensão que não seja a de restabelecer ou de preservar os direitos, liberdades e garantias constitucionais referidos nos artigos anteriores.

A natureza excecional do recurso de amparo implica que a violação do direito ou liberdade fundamental não tenha encontrado reparação através do sistema de garantias normais, exigindo-se, por isso, que haja recurso prévio aos tribunais ordinários e o esgotamento dos recursos adequados.

Por conseguinte, associada à excecionalidade está a denominada subsidiariedade do recurso de amparo, que espelha com clareza o facto de este não ser uma via alternativa, mas uma via sucessiva, de proteção de direitos fundamentais.

Antes de identificar e analisar os pressupostos e os requisitos do recurso de amparo e aferir se no caso vertente se verificam, importa consignar que o seu objeto não se identifica com qualquer ato de natureza legislativa ou normativa, como resulta expressamente do n.º 2 do artigo 2.º da Lei do Amparo.

2. Tratando-se de um recurso de amparo contra uma decisão proferida por Sua Excelência a Senhora Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, importa verificar se existe alguma razão que possa impedir a sua admissão, tendo em conta as situações de inadmissibilidade do recurso de amparo previstas no artigo 16.º da Lei do Amparo:

O recurso de amparo não será admitido quando:

a) *Tenha sido interposto fora do prazo*

De acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei do Amparo, o recurso não será admitido quando tenha sido interposto fora do prazo e, nos termos do n.º 1 do artigo 5º da Lei do Amparo, *o recurso de amparo é interposto no prazo de vinte dias contados da data da notificação da decisão, sempre que a questão seja suscitada em processo que corre termos nos tribunais.*

Tendo a decisão recorrida sido proferida a 19 de fevereiro de 2020 e a petição de recurso de amparo sido apresentada na Secretaria do Tribunal Constitucional a 12 de março de 2020, o recurso de amparo considera-se tempestivo, nos termos estabelecidos no n.º 2 do artigo 5.º da Lei do Amparo, conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 137.º do CPC, aplicável com as necessárias adaptações *ex vi* do artigo 1.º da Lei do Amparo, independentemente da data em que o impetrante tenha sido notificado daquele despacho.

*b) A petição não obedeça aos requisitos estabelecidos nos artigos 7.º e 8.º*

i. Nos termos dos números 1 e 2 do artigo 7.º da Lei do Amparo:

*“1. O recurso é interposto por meio de simples requerimento, devidamente fundamentado, apresentado na secretaria do Supremo Tribunal de Justiça.*

*2. No requerimento o recorrente deverá indicar expressamente que o recurso tem a natureza de amparo constitucional.”*

Resulta da petição de recurso que o recorrente apresentou o seu requerimento na secretaria do Tribunal Constitucional e indicou de forma expressa que se trata de *“Recurso de Amparo Constitucional”*.

Consideram-se, pois, preenchidos os requisitos previstos no artigo 7.º supracitado.

ii. Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 8.º da Lei do Amparo, o recorrente deverá, na sua petição de recurso,

*a) Identificar a entidade, o funcionário ou agente autor do acto ou da omissão referidos no nº 1 do artigo 2.º e artigo 3º, bem como os interessados a quem o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;*

*b) Indicar com precisão o acto, facto ou a omissão que, na opinião do recorrente, violou os seus direitos, liberdades ou garantias fundamentais;*

*c) Indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais que julga terem sido violados, com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados;*

*d) Expor resumidamente as razões de facto que fundamentam a petição;*

*e) Formular conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição.*

*2. A petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se identificará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos ou garantias fundamentais violados.*

Compulsados os autos, verifica-se que o recorrente atribuiu à Veneranda Juíza Conselheira Presidente do Supremo Tribunal de Justiça a responsabilidade pela violação dos alegados direitos fundamentais à presunção de inocência, ao contraditório e a um processo justo e equitativo previstos nos termos dos artigos 35.º, n.ºs 1 e 6, e 22.º da Constituição da República de Cabo Verde, pelo facto de ter indeferido, por Despacho, a reclamação que lhe dirigira, com base nos fundamentos, sinteticamente, transcritos no relatório.

Na fundamentação foram indicados como direitos, liberdades e garantias alegadamente violados a presunção de inocência, o contraditório, o direito a um processo justo e equitativo. Todavia, em rigor, o que está em causa nestes autos é uma possível violação de normas que assegurem o direito ao recurso.

No entanto, o Tribunal, a partir da conduta impugnada, pode, oficiosamente, adequar os parâmetros de escrutínio, tendo em conta o disposto no n.º 1 do artigo 24.º da Lei do Amparo, segundo o qual “*O Tribunal pode decidir com fundamento diverso do invocado pelo recorrente e outorgar amparo distinto daquele que foi requerido*” e as orientações constantes dos Acórdãos n.º 15/2020, 30 de abril de 2020 e 26/2020, de 09 de julho de



2020, publicados no Boletim Oficial, I Série, n.º 86, de 23 de julho de 2020 e no site do TC, respetivamente.

Nestes termos, o parâmetro de escrutínio passa a ser o direito ao recurso.

A fundamentação do recurso, apesar de extensa e repetitiva, no essencial, cumpre as determinações constantes das alíneas a), b) e c) do n.º 1 do artigo 8.º da lei do Amparo.

A petição contém conclusões e termina com o pedido do amparo constitucional que se traduza no restabelecimento do direito alegadamente violado, através da revogação da decisão que indeferiu a sua reclamação, *com as legais consequências*;

Os requisitos previstos pelo artigo 8.º da Lei do Amparo têm sido avaliados sempre de forma compatível com o direito fundamental ao amparo e o Tribunal tem afirmado que mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer. Considera-se, pois, que a presente fundamentação respeita os requisitos estabelecidos na Lei do Amparo.

*c) O requerente não tiver legitimidade para recorrer*

Adotando o conceito de legitimidade ativa recortado pelo n.º 1 do artigo 25.º do Código de Processo Civil conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Lei de Amparo, segundo o qual tem legitimidade quem tiver interesse direto em demandar, não se pode negar ao recorrente a legitimidade para interpor o recurso de amparo contra uma decisão que alegadamente viola os seus direitos, liberdades e garantias fundamentais.

*d) Não tiverem sido esgotadas, ainda, todas as vias de recurso*

Conforme jurisprudência firme desta Corte, a exigência do esgotamento de todos os meios legais de defesa dos direitos, liberdades e garantias e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei do processo decorre da natureza excecional e subsidiária desse meio especial de proteção de direitos fundamentais amparáveis.

Por isso, o recorrente tem o ónus de demonstrar que a violação dos seus direitos fundamentais amparáveis não encontrou reparação no sistema de garantias ordinárias, como, aliás, resulta claramente do disposto no artigo 6.º da Lei do Amparo:

*“O recurso de amparo só poderá ser interposto depois de terem sido esgotados todos os meios legais de defesa dos direitos, liberdades e garantias e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei do processo.”*

*O esgotamento das vias de recurso ordinário como condição sine qua non para admissibilidade do recurso de amparo não é uma fórmula vazia ou uma mera formalidade. Trata-se de uma exigência com efeito real sobre o sistema de proteção de direitos fundamentais.*

*Portanto, antes de se recorrer para o Tribunal Constitucional, existem outros órgãos competentes para apreciar e eventualmente conceder a devida proteção aos titulares desses direitos.*

*A verificação do esgotamento prévio das vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei do processo pressupõe que o interessado faça uso das vias de impugnação legais de forma que todos os órgãos competentes possam pronunciar-se sobre as condutas alegadamente lesivas de posições jurídicas subjetivas fundamentais antes que se franqueiam as portas do Tribunal Constitucional. Como é evidente, visa-se com esse procedimento evitar a subversão do sistema de proteção de direitos fundamentais desenhado pelo legislador constitucional.”* Veja-se, nesse sentido, o Acórdão n.º 21/2018, de 16 de outubro de 2018, publicado na I Série do Boletim Oficial n.º 68, de 25 de outubro de 2018.

Tendo invocado expressamente a reparação da alegada violação dos direitos, liberdades e garantias que indicou e o pedido sido recusado pelo despacho recorrido, sem hipótese de interposição de qualquer outro recurso ordinário, consideram-se esgotadas as vias de recurso ordinário.

*e) Manifestamente não estiver em causa a violação de direitos, liberdades e garantias fundamentais constitucionalmente reconhecidos como suscetíveis de amparo*

A causa da inadmissibilidade do recurso prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei do Amparo, ao utilizar o advérbio manifestamente, exige que se tenha certeza quanto à inexistência da fundamentalidade do direito alegadamente violado, ou ausência de conexão entre esse direito e os factos concretos alegados no recurso ou ainda a certeza quanto à inviabilidade de concessão do amparo.

O direito que o recorrente alega ter sido violado encontra-se previsto no artigo 35.º, n.º 7 da Constituição.

A fundamentabilidade desse direito é, por conseguinte, evidente. Desde logo pela sua inserção sistemática na Lei Magna na Parte II, Título II sobre “Direitos, Liberdade, Garantias” e Capítulo I sobre Direitos, Liberdades e Garantias Individuais, aos quais se aplicam os princípios enunciados no Título I.

No que se refere à conexão entre os factos concretos alegados na petição de recurso e o direito fundamental invocado, ainda não se pode afirmar, com grau de certeza que se exige para a formação da convicção do Tribunal, que manifestamente não exista tal conexão.

No que concerne à certeza quanto à inviabilidade de concessão do amparo requerido, ainda é relativamente cedo para se fazer um juízo de certeza quanto à manifesta inexistência desse requisito.

Devido à incerteza no que diz respeito à conexão entre os factos e os direitos alegadamente violados e à viabilidade do pedido, mostra-se prematuro afirmar-se que manifestamente não está em causa a violação de direitos, liberdades e garantias fundamentais constitucionalmente reconhecidos como suscetíveis de amparo.

*f) O Tribunal tiver rejeitado, por decisão transitada em julgado, um recurso com objeto substancialmente idêntico*

O Tribunal Constitucional não rejeitou, por decisão transitada em julgado, um recurso com objeto substancialmente idêntico ao dos presentes autos.

Conclui-se, pois, que não se verifica nenhum motivo que pudesse justificar a inadmissibilidade deste recurso.

### **III – Decisão**

Pelo exposto, os Juízes do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, decidem admitir o presente recurso de amparo sobre o direito ao recurso.

Registe, notifique e publique.

Praia, 28 de julho de 2020

*João Pinto Semedo* (Relator)

*Aristides R. Lima*

*José Pina Delgado*

#### **ESTÁ CONFORME**

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, na Praia, aos 21 de setembro de 2020.

O Secretário,

*João Borges*